

OFÍCIO Nº 031/2021

Brasília, 20 de abril de 2021.

Ao Senhor

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

Diretor Geral - Substituto

Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES, Trecho 3, Lote 10, Projeto Orla Polo 8

Brasília/DF

CEP 70.200-003

Com cópia aos Senhores:

Weber Ciloni, Diretor

Davi Ferreira Gomes Barreto, Diretor

Eduardo José Marra, Diretor substituto

Murshed Menezes Ali, Diretor substituto

Assunto: Questionamentos sobre o Plano Anual de Fiscalização do ano de 2021.

Senhor Diretor Geral,

1. O Sinagências – Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação, entidade sindical de primeiro grau, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrito no CNPJ sob nº 07.292.167/0001-12, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 1, Edifício Libertas, Bloco M, Sala 601, Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70.070-010, representado pelo seu Presidente Cleber Ferreira da Silva Filho vem respeitosamente colocar que:

2. Em continuidade as proposições e questionamentos relacionados nos Ofícios de número 027/2021 (50500.028449/2021-11) e 029/2021 (50500.028766/2021-29), em que até o momento não tivemos qualquer resposta, vem acrescentar que:

3. A publicação do Plano Anual de Fiscalização do ano de 2021, trouxe para a equipe de servidores-fiscais que atuam no combate ao transporte rodoviário clandestino de passageiros inúmeras críticas que são elencadas a seguir:

4. A utilização do Canal Verde Brasil – CVB, como prioridade na fiscalização do transporte clandestino. Como se sabe, o Canal Verde Brasil – CVB é uma rede nacional inteligente de percepção, acompanhamento e mapeamento de fluxos de transporte nos corredores logísticos para a produção de dados, informações e conhecimentos para aplicação na regulação de mercados, com foco no transporte rodoviário de cargas. Além disso, observa-se que os pórticos do CVB estão espalhados em sua grande maioria nas regiões sudeste, sul e centro-oeste, enquanto na região nordeste estão localizados somente três pórticos, ao longo do trecho da BR-116/BA e nenhum na região norte. Esta distribuição, como já dissemos, é destinada ao mapeamento do fluxo do transporte de cargas e não o de passageiros. Desta forma, o uso desta ferramenta, diante da extensa capilaridade de atuação do transporte clandestino de passageiros, se mostra insuficiente e poderia, no máximo, ser utilizada de forma complementar ou subsidiária.

5. No Plano Anual de Fiscalização 2021 – PAF 2021, não há qualquer menção a operações de inteligência para o mapeamento do transporte clandestino de passageiros. Uma vez que não se determina ou se planeja as ações, não há como se prever estas atividades e alocar os recursos necessários para a sua realização, o que impactará diretamente à execução das atividades de fiscalização, assim reduzindo sua eficácia repercutindo diretamente nos resultados.

6. Não há a previsão do desenvolvimento de estudos para o aprimoramento do combate ao transporte clandestino de passageiros e por consequência, até mesmo, o processamento de informações para subsidiar a política regulatória do transporte rodoviário de passageiros.

7. Não há a previsão de execuções de ações de conscientização de passageiros e empresas quanto ao uso/adoção do transporte clandestino de passageiros.

8. Não há qualquer menção no PAF 2021 de esforços de capacitação dos servidores-fiscais e de padronização e melhoria contínua de métodos, normas e procedimentos a serem aplicados no combate ao transporte clandestino de passageiros.

9. Foi publicado a Portaria Conjunta nº 1, de 7 de abril de 2021, onde se restringe o relacionamento das equipes de fiscalização com os órgãos de imprensa local, dificultando a divulgação das atividades perante a sociedade durante as ações de fiscalização, esclarecendo de forma pedagógica, por exemplo, os riscos do uso do transporte clandestino de passageiros.

10. As consequências da falta de planejamento e a posterior não execução destas atividades certamente impactará não só o mercado regular do transporte de passageiros, onde as empresas regulares sofrerão o aumento da concorrência predatória, diminuição da confiabilidade por

parte dos usuários do sistema, devido ao possível aumento no número de acidentes, ocasionando a redução de investimentos no setor.

11. Sem mais e na certeza de pronto retorno e atendimento dos pontos acima elencados, renovo nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CLEBER FERREIRA
Presidente do SINAGÊNCIAS